



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CNPJ nº 05.055.128/0001-76
POS-GRADUACAO EM HISTORIA
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

EMENTA DE DISCIPLINA

Processo nº 23096.054670/2023-24

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES/PPGH/UFCG

DISCIPLINA: TEORIA DA HISTÓRIA - 2025.1 - 60 HORAS

MINISTRANTE: GERVÁCIO BATISTA ARANHA (DOUTOR PELA UNICAMP)

PLANO DE CURSO

EMENTA: História e retórica na Grécia antiga. O nascimento da história com Heródoto e Tucídides. Hegel e razão histórica. A historiografia romântica ou a escrita da história entre estética narrativa e erudição. Da Escola Histórica Alemã à Escola Metódica em França: releituras. Razão e história em Hegel. Marx e Materialismo Histórico. Crítica nietzschiana à razão e cultura ocidentais. Hermenêutica em evidência: de Dilthey a Paul Ricoeur. Advento da Escola dos Annales: geração de Bloch e geração de Braudel. Estruturalismo e sistemas auto-referentes: a perda do histórico. Pós-estruturalismo em evidência: desconstrução. Paradigmas emergentes e a renovação da história.

OBJETIVOS: Estão expostos no decorrer do plano, junto a cada tema.

AVALIAÇÃO: Elaboração de trabalho escrito no final da disciplina, o qual, a partir de provocações decorrentes do envolvimento com a disciplina, deve versar sobre parte teórica do projeto de pesquisa. Lembrete importante: o trabalho em questão deverá comportar entre cinco e sete laudas.

PROGRAMAÇÃO:

1º Encontro:

Apresentação e discussão do programa; discussão do sistema de avaliação.

2º encontro:

Tema: Embates entre os fundadores da metafísica e os sofistas no âmbito da paidéia grega: afirmações do ser e do não-ser?

Trata-se de refletir sobre as relações de força entre os fundadores da metafísica e os sofistas no tocante à problemática do ser e do não ser. Sem dúvida uma questão polêmica, presente em toda a trajetória da

filosofia, com forte presença também no debate historiográfico contemporâneo, a saber, a polêmica em torno da retórica e da prova em história. Enfim, relações de força que remetem aos embates entre Protágoras de Abdera e Sócrates: o primeiro, considerado o pai do relativismo, centrado no “reino da doxa” (leia-se reino da opinião); o último, um crítico severo do relativismo sofístico, haja vista que o argumento socrático se oferece como negação de certa ideia de negação da verdade dos sofistas. E também há que refletir acerca da teoria das formas de Platão e suas implicações pedagógicas na Paideia quando do governo de A república.

Textos básicos:

LIMA, Luiz Costa. “A mimese em Górgias e a réplica platônica” (pp. 35-45). In *Mimese e modernidade: formas das sombras*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980;

ROGUE, Christopher. “Bem falar e falar bem” (pp. 19-36). In *Compreender Platão*. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2005;

JAEGER, Werner. *A República III* (Ver item “O valor educativo da poesia” - pp. 978-989). In *Paidéia: a formação do homem grego*. Tradução de Artur M. Parreira. 4 ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2003;

KERFERD, G. B. “A doutrina do logos na literatura e na retórica” (pp. 135-142). In *O movimento sofista*. Tradução de Margarida Oliva. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

Textos de apoio:

Platão. *A república (ou Da justiça)*. Tradução de Edson Bini. 2. Ed. - São Paulo: EDIPRO, 2014 (Ver Livro Décimo)

BINI, Edson. “Introdução: o movimento sofista”. In *Platão: Diálogos*. Tradução, textos complementares e notas de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2007.

3º Encontro:

Tema – Mímesis e história no mundo antigo: o nascimento do histor com Heródoto e Tucídides

O enfoque aqui consiste em verificar os diferentes modos de tratamento historiográfico relativamente a seus respectivos objetos de estudo chamando a atenção para as seguintes variáveis: as fontes exploradas e respectivos modos de inquiri-las; a distinção quanto ao estilo narrativo; a diferença nos regimes de verdade então adotados; a fortuna crítica hoje acerca de ambos os legados, dentre outras.

Textos básicos:

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “O início da história e as lágrimas de Tucídides” (pp. 15-37). In *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997;

HARTOG, François. “O olhar de Tucídides e a história ‘verdadeira’” (pp. 77-91). In *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Tradução de João Guilherme de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011;

Momigliano, Arnaldo. “A tradição herodoteana e tucidideana” (pp. 53-83). In *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria beatriz Borba Florenzano. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

Textos de apoio:

HARTOG, François. Evidência da História: o que os historiadores veem. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011 (ver capítulos III e IV sobre Heródoto e Tucídides respectivamente).

4. Hegel e razão histórica

A preocupação aqui é ver a filosofia da história em Hegel em um momento impar da afirmação da razão no Ocidente, a razão em toda sua expressão triunfal, vale dizer, uma razão que apontava na direção do progresso e liberdades humanas sem limites. Vale dizer ainda, uma filosofia da história marcada por toda uma dimensão sistêmica e voltada para as sociedades humanas numa perspectiva totalizadora. Não é à toa que um Hegel, por exemplo, reagia veementemente contra a pequenez de uma história voltada ao singular, tal como lhe parecia o historicismo metódico nos moldes de Ranke etc. Mas bem entendido, uma filosofia da história que deve ser compreendida em consonância com seu contexto histórico, para que não ocorra o que tem acontecido com o Iluminismo, equivocadamente considerado como sinônimo de cultura ocidental. Ademais, na filosofia da história de escopo hegeliano - um campo do pensamento moderno que deve figurar como leitura obrigatória em qualquer curso de Teoria da História -, o que se vê é a bela utopia de que o mundo, marcado por dinâmico movimento de forças dialéticas em permanente luta e contradição, conduzia uma razão poderosa e astuta no cumprimento de seu desígnio maior, levar a humanidade à célere caminhada rumo a um grand finale, momento em que a razão, atingindo toda sua plenitude, instituiria uma comunidade universal de direitos. Ainda que eurocêntrica, pois partia do pressuposto de que povos sem Estado são povos sem história, sendo a Europa o único continente que estava a realizar as primeiras conquistas rumo ao Estado de direito, nada disto retirava a dimensão utópica do pensamento hegeliano. Apenas seria preciso compreender que a Europa - com a Alemanha na dianteira? - era o continente com a responsabilidade de cumprir os desígnios da razão rumo aquele grand finale, isto é, rumo à emancipação humana numa dimensão universal, devendo os demais continentes e povos do mundo, a reboque dos europeus, colherem igualmente os frutos do grande empreendimento racional.

Textos básicos:

BOURDÉ, Guy e Martin, Hervé. “As filosofias da história” (pp. 44-60 (Ler especialmente o tópico intitulado “Hegel e a dialética”). In As escolas históricas. Lisboa: Europa – América, s/d; KONDER, Leandro. “História e filosofia” (pp. 77-84). In Hegel: a razão quase enlouquecida. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

LEITE, Augusto. “Hegel e a razão moderna radicalizada no espírito”. In GARCIA, Fernando Gomes, Mendes, Breno e Vieira, Andréa (orgs.). Teoria da história em debate: modernidade, narrativa, interdisciplinaridade. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

Textos de apoio:

LOWITH, Karl. “Hegel” (pp. 59-65). In O sentido da história. Lisboa: Edições 70, s/d.

5º Encontro:

O “tumulto” chamado Michelet: uma escritura à base de metodismo e arte?

Trata-se de refletir sobre Jules Michelet, nome consagrado da historiografia francesa entre os anos 1830-1860, com suas proposições em torno de uma história total, marcada por traços românticos em termos ideológicos e por traços literários em termos narrativos. Um historiador que, arrebatado ou exagerado à parte, exerceu poderosa influência sobre as futuras gerações de profissionais da história, seja pela forma apaixonada e arrebatadora de sua escrita, combinada com a imagem de um pesquisador sério, seja pela proposta voltada à

explicação do todo humano, o que inclui uma incursão por uma história dos costumes, espécie de precursor da antropologia histórica, tão cara aos Annales em anos recentes. Enfim, um historiador que, exceção feita a certas posturas românticas, não mais aceita hoje, ao que vem se somar seu gosto pelas totalizações seculares (lembrar de sua História da França e sua História da Revolução Francesa, ambas com vários volumes), pouco condizentes com a prática historiográfica nos dias atuais, produziu uma obra de história que tem muito a nos ensinar em termos metodológicos.

Textos básicos:

BOURDÉ, Guy e Martin, Hervé. “Michelet e a apreensão ‘total’ do passado” (pp. 82-96). In As escolas históricas. Lisboa: Europa – América, s/d;

LIMA, Michelle Schreiner. “Jules Michelet (1798-1874)” (pp. 33-58). In BENTIVOGLIO, Júlio e Lopes, Marcos Antônio (orgs.). A constituição da história como ciência: de Ranke a Braudel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013;

CABANEL, Patrick. “Jules Michelet” (PP. 9-29). In SALES, Véronique (org.). Os historiadores. Tradução de Christiane Gradwohl Colas. São Paulo: UNESP, 2011.

6. Das correntes históricas oitocentistas I: Da Escola Histórica Alemã à Escola Metódica em França

Trata-se de perceber que a escola metódica, inicialmente na Alemanha, depois em França, pregava uma coisa e praticava outra, a exemplo da paradoxal relação entre história metódica e história oficial. Serão vistos, dentre outros, Ranke e Droysen, expoentes da corrente historicista que atravessou quase todo o século XIX alemão, os quais, na qualidade de reconhecidos filólogos, contribuíram para a afirmação plena da erudição documental, com a ressalva de que o último, embora comprometido tanto quanto o primeiro com a via conservadora prussiana para a unificação alemã, a chamada via prussiana, chegou a defender que a escrita da história, ainda que metódica, é também arte. Também serão vistos Lavissee, Monod ou Seignobos, grandes nomes da historiografia metódica a partir da 3ª República em França, com sua concepção de história pretensamente objetiva, neutra, embora seriamente comprometida com certa ideologia nacionalista, não significando, com isto, que suas contribuições sejam redutíveis à pecha de história historizante na leitura dos fundadores dos Annales, como se nada do que produziram valesse alguma coisa etc.

Textos básicos relativos à Escola Histórica Alemã:

RÜSEN, Jörn. “Retórica e estética da história: Leopold Von Ranke” (pp. 85-102). In MALERBA, Jurandir (org.). História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MATA, Sérgio da. “Leopold Von Ranke (1795-1886): Apresentação” (pp.187-201). In MARTINS, Estevão de Rezende (org.). A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

ASSIS, Arthur. “Johann Gustave Droysen (1808-1884): Apresentação” (pp. 31-36) e DROYSEN, Johann Gustave. “Arte e método (1868)” (pp. 37-46). Tradução de Pedro Caldas. In MARTINS, Estevão de Rezende (org.). A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

Textos básicos relativos à Escola Metódica em França:

BOURDÉ, Guy e Martin, Hervé. “A escola metódica” (pp. 97-118). In As escolas históricas. Lisboa: Europa-America, S/D;

MALATIAN, Tereza. “Gabriel Monod” (pp. 323-332); KIRSCHNER, Tereza Cristina. “Ernest Lavisse” (pp. 353-361); SILVA, Helenice Rodrigues da. “Charles Seignobos” (pp. 375-381). In MALERBA, Jurandir (org.). Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

7. Das correntes históricas oitocentistas II: a perspectiva marxista

A meta aqui é refletir sobre o marxismo dito clássico, isto é, o marxismo centrado nas ideias do próprio Marx, muitas delas em comunhão com Friedrich Engels, chamando a atenção especialmente para o acerto de contas para com o hegelianismo, vale dizer, para com o idealismo alemão na perspectiva de Hegel e, por conseguinte, para com os antigos companheiros da corrente denominada “hegelianos de esquerda”, acerto de contas cujos desdobramentos redundaram na emergência do materialismo histórico. De resto, materialismo que rendeu a Marx a acusação de professar uma concepção de história marcadamente economicista. E mais: a acusação de que o materialismo histórico encerraria uma concepção de feição puramente teleológica, isto em decorrência do fato de que a história enquanto história dos modos de produção, segundo seus acusadores, fatalmente desembocaria no comunismo, uma espécie de fim da história. Acontece que Karl Marx, a grande referência para a totalidade da tradição marxista, não pregou o comunismo como o fim da história. Até porque, como vemos no seu magistral Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844, o comunismo consiste na ideia de que ali, após o destrocamento do sistema burguês, se produzirá um novo homem, um homem completo, não mais submetido à clássica divisão entre trabalho manual e intelectual, pois com o comunismo o trabalhador pode ser o que quiser, poeta, músico ou livre pensador. Agora, de manhã ele caça, mais tarde pesca e mais tarde ainda faz crítica crítica. É apenas uma belíssima metáfora, uma vez que na época de Marx o berço do capitalismo já contava com um século de Revolução Industrial, com toda uma maquinaria inserida no processo de reprodução e ampliação do capital e tudo mais, tudo isto atravessado pela mais-valia absoluta e relativa e pela alienação brutal da classe trabalhadora, alijada do fruto de sua própria criação: a riqueza então produzida. Uma classe que é negada no próprio trabalho, anulando-se, por assim dizer, em seu ser genérico, pois o mundo maravilhoso da objetificação do trabalho, isto é, as maravilhas resultantes da transformação da natureza pelo trabalho, que deveria ser a sua fruição, é a sua perdição. Daí a bela utopia comunista, com a ressalva de que Marx não dispõe de um modelo de comunismo pronto e acabado. Assim, apenas sugere algumas premissas fundamentais com vistas a esse possível futuro passado e a um possível novo homem, a saber, aquele em que a riqueza por ele produzida será distribuída segundo suas necessidades e segundo suas capacidades. Ademais, não o comunismo num só país e sim em nível de planeta terra. É que Marx nesse momento se pauta pela universalidade da dialética hegeliana, aonde o comunismo será universal e não algo localizado.

Textos básicos relativos ao marxismo:

ROJAS, Aguirre Carlos Antonio. “Marx e a história” (pp. 373-385). In Lopes, Marcos Antônio (org.). Grandes nomes da história intelectual. São Paulo: Contexto, 2003;

KONDER, Leandro. “A história em Marx” (pp. 173-189). In MALERBA, Jurandir (org.). LIÇÕES DE HISTÓRIA: os caminhos da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BOURDÉ, Guy. “O marxismo e a história” (pp. 251-283). In BOURDÉ, Guy e Martin, Hervé. Tradução de Fernando Scheibe. As escolas históricas. 1. Ed – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

Texto de referência:

MARX, Karl e Engels, F. Prefácio à Contribuição à crítica da economia política (pp. 231-235). In FERNANDES, Florestan (org.). K. Marx/F. Engels: História. 3 ed. São Paulo: Ática, 1989.

8º Encontro:

Tema - Nietzsche e a história: a razão em pedaços?

Eis o que focalizaremos aqui: refletir com o pensador alemão sobre duas importantes variáveis de sua refutação à razão no Ocidente: a crítica à cultura ocidental, com destaque para o projeto moderno em seu próprio tempo, a partir de todo um acerto de contas com a propalada moral socrático-cristã; a postura nominalista, de base sofisticada, com a qual procurava refutar as vontades de verdade como pura ilusão referencial. Espécie de grande caixa de ressonância do relativismo de Protágoras, Nietzsche parece figurar como grande elemento mediador entre o relativismo à antiga e o relativismo nessas últimas décadas. Daí a argumentação deste último no que diz respeito à noção de conhecimento objetivo como algo inalcançável. Um trecho de *A vontade de potência* (obra póstuma), apropriada por Edward Said (ver *Reflexão sobre o exílio e outros ensaios*, de 1987) diz muito do relativismo desse herdeiro alemão do grande sofista. Trata-se da ideia de que, na perspectiva de Nietzsche, o que existe são interpretações em cima de interpretações, sem uma certeza sequer, a não ser a de que nossas opiniões são as únicas coisas que duram. O resultado de toda essa operação cognitiva já se sabe: a perda de toda referencialidade do mundo social e histórico. Com isto, há que perguntar: poderíamos falar de um medo da história em Nietzsche? Ou, conforme vemos na Segunda Extemporânea, nem tudo em Nietzsche é anti-história no sentido absoluto da palavra. O fato é que na Segunda consideração intempestiva: da utilidade ou não da história para a vida, além de chamar a atenção para o significado de uma história antiquária, história monumental e história crítica, o filósofo alemão também chama a atenção para o que denomina de “doença da história”, fato decorrente dos excessos com que estaria sendo praticada, marcadamente nas universidades alemãs de então, cujo corolário era não ter qualquer serventia para a vida, mas doença que poderia ser combatida com o remédio adequado, tornando-a, desse modo, útil à vida. Daí a profusão com que expressões como “doença da história” e “excesso de história” aparecem no texto nietzschiano, cujo antídoto para combater tais “venenos” estaria no “a-histórico” e no “supra-histórico”.

Ainda sobre Nietzsche, há que perguntar: que significa seguir de perto as pegadas nietzscheanas? Significa abraçar, consciente ou inconscientemente, as possibilidades abertas pela chamada crise da razão como resultante da radicalização daquilo que se convencionou chamar “filosofia do martelo”, ainda no último quartel do século 19, contra o peso da racionalidade ocidental, radicalização centrada tanto na ideia de que se trata de um padrão cultural marcado pelo “bem e mal” - negadora da “vontade de potência”, conceito basilar de Nietzsche para explicar a anulação humana ante as regras de valor instituídas pela moral socrática e/ou cristã - quanto de um padrão de objetividade que obscurece ou inibe a capacidade imaginativa do homem na produção de sentidos para a humanidade por meio da linguagem, isto com base no postulado de que esta última é arte, inventora por excelência do mundo da vida. E não bastasse o apaixonante “canto do cisne” das postulações ditas irracionais do “filósofo do martelo”, o mundo chega ao século 20, algumas décadas após Nietzsche, tendo que amargar a experiência trágica de duas guerras mundiais, cujos efeitos traumáticos deitaram por terra todas as esperanças utópicas de futuros promissores, conforme amplamente propalados por grandes teorias de explicação do social, a exemplo da filosofia da história hegeliana e da concepção marxista da história, esperanças utópicas que haviam penetrado fundo no inconsciente coletivo por gerações e gerações.

Textos básicos:

NIETZSCHE, Friedrich. “Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral” (pp. 51-60). In *Nietzsche – vida e obra*. Tradução de Rubens Figueiredo Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1996;

SOBRINHO, Noéli Correia de Melo. “Apresentação e comentário” (pp. 11-58). In *NIETZSCHE, Friedrich. Escritos sobre história*. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2005;

Textos de apoio:

BLACKBURN, Simon. “Nietzsche: o astuto desmascarador” (pp. 127-174 e pp. 336-338). In *Verdade: um guia para os perplexos*. Tradução de Marilene Tombini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACHADO, Roberto Cabral de Melo. Nietzsche e a verdade. São Paulo: Paz e terra, 1999, pp. 7-110;

HABERMAS, Jurgem. “A entrada na modernidade: Nietzsche como ponto de viragem” (pp. 89-108). In O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

9. Hermenêutica em evidência: de Dilthey a Paul Ricoeur

Trata-se de fazer uma reflexão sobre os fundamentos do método hermenêutico tal como surgiu no século XIX, com pretensões de refutar tanto o idealismo próprio da razão sistêmica e/ou iluminista quanto às certezas de um realismo que parecia prescindir do sujeito cognoscente. Um método que remonta a Dilthey, que embora não fosse historiador de profissão e sim filósofo, sugere, no final do século XIX, um novo modelo historicista, um modelo fundado em certa leitura hermenêutica, para quem a história é interpretação sem dúvida, mas interpretação da vida efetiva, rechaçando igualmente tanto as concepções totalizadoras e sistêmicas, como a hegeliana, quanto as certezas metódicas em torno do acontecido. Porém, conforme será demonstrado aqui, um mergulho no pensamento de Dilthey torna-o bem bem mais inteligível quando realizado à luz da hermenêutica contemporânea, em especial quando ancorada no pensamento de Paul Ricoeur.

Textos básicos:

LORIGA, Sabina. “A pluralidade do passado” (pp. 121-155). In O pequeno X: da biografia à história. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011;

REIS, José Carlos. “Wilhelm Dilthey” (pp. 111-123). In MALERBA, Jurandir (org.). Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Porto Alegre: FGV/Edipucrs, 2013.

RICOUER, Paul. “Rumo a uma hermenêutica da consciência histórica” (pp. 359-415). In Tempo e narrativa – tomo III. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997

Textos de apoio: BONA, Aldo Nelson. “Interrogação sobre o sujeito: percurso dialógico do pensamento de Paul Ricoeur”; LEONHARDT, Ruth Rieth. “Dizer o fazer: a palavra e a ação” (pp. 377-410). In LEONHARDT, Ruth Rieth e CORÁ, Elsie José (orgs.). O legado de Ricoeur. Guarapuava, PR: Editora UNICENTRO, 2011.

10º Encontro:

Tema – O advento da Escola dos Annales: geração de Bloch e geração de Braudel

Trata-se de focar, em primeiro lugar, a geração dos fundadores, com as contribuições de Lucien Febvre e Marc Bloch, no tocante às quais é importante destacar: noção de totalidade histórica em contraposição ao acontecimento datado, único e irreversível; noção de interdisciplinaridade, tal como absorvida no “Ambiente de Estrasburgo”, advindo daí diálogos de fronteira com sociólogos, antropólogos, geógrafos, psicólogos e linguistas, dentre outros; noção de fonte ampliada, conjugada com noção de que fonte alguma fala por si e sim mediante o (bom) inquérito do historiador etc. E, em segundo lugar, a geração de Braudel, mais conhecida como “Era Braudel”, conforme algumas importantes variáveis: noção de totalidade histórica, desta feita atrelada aos modelos de teses de seus profissionais, com destaque para interação/integralização entre os tempos longo, médio e curto ou tempo tripartite; noção de história serial e quantitativa, fruto do uso em larga escala dos métodos quantitativos, implantados no seio da segunda geração dos Annales por Ernest Labrousse, essa “eminência parda” da “Era Braudel”; noção de estrutura atrelada à ideia de que só pode ser aceita em “chave histórica”, isto é, recortada com base em fronteiras espaço-temporais bem definidas, sem remissões a invariantes universais, logo, sem remissão ao homem histórico universal etc.

Textos básicos:

FEBVRE, Lucien. “De 1892 a 1933: exame de consciência de uma história e de um historiador”. In *Combates pela História*. Tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989 (versão em PDF);

LE GOFF, Jacques. “Prefácio”. In Bloch, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001(versão em PDF);

BLOCH, Marc. “Prefácio de Jacques Le Goff” (pp. 9-37). In *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. Tradução de Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RAMINELLI, Ronald. “Lucien Febvre no caminho das mentalidades”. In: *Revista de História*, nº 122, São Paulo: USP, jan./jul. 1990 (versão em PDF);

BURKE, Peter. “Era Braudel”. In *A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia (1929-1989)*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1991.

REIS, José Carlos. “A temporalidade e os seus críticos” (pp. 111-121). In: LOPES, Marcos Antônio (org.). *Fernand Braudel: tempo e história*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

11º Encontro:

Tema - Estruturalismo: eclipse do sujeito e (consequente) perda do histórico?

A preocupação aqui é focalizar o estruturalismo e seus desdobramentos num pós-estruturalismo, analisando-os com base nas proposições seguintes: primeiro, mostrar o vínculo matricial do estruturalismo com certo campo linguístico e/ou literário, dos quais decorre a proposição de uma separação entre palavras e coisas; segundo, chamar a atenção para seus desdobramentos no âmbito das ciências sociais, a começar pela antropologia [temos, no primeiro caso, o estruturalismo linguístico professado por Ferdinand de Saussure e seus desdobramentos nas escolas linguísticas de Moscou e Praga, na esteira dos quais surgiram as escolas formalistas em literatura, com destaque para os formalistas russos a partir dos anos 1920. E, no segundo caso, a emergência do estruturalismo nas ciências humanas, com destaque para a antropologia estrutural nos termos de Claude Levi-Strauss e do marxismo estruturalista nos termos de Louis Althusser.

Textos básicos afirmativos do estruturalismo:

DOSSE, François. “O sol negro do estruturalismo: o oxímoro” (pp. 237-253). In *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: UNESP, 2001;

DOSSE, François. “Prefácio à segunda edição brasileira” (pp. 11-20). In *História do estruturalismo – volume I*. Tradução de Álvaro Cabral. Bauru, SP: EDUSC, 2007;

_____ “O corte saussuriano” (pp. 80-91). In *História do estruturalismo – volume I*. Op. Cit.;

_____ “O homem-orquestra: Roman Jakobson” (pp. 93-100). In *História do estruturalismo – volume I*. Op. Cit.;

_____ “O nascimento de um herói: Claude Levi-Strauss” (pp. 39-47). In *História do estruturalismo – volume I*. Op. Cit.;

_____ “A explosão althusseriana” (pp. 383-400). In *História do estruturalismo – volume I*. Op. Cit..

HARTOG, François. “O olhar distanciado: Lévi-Strauss e a história” (pp. 185-201). In *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica,

2011.

12º Encontro:

Tema – Sobre a emergência do pós-estruturalismo: a desconstrução como palavra de ordem por excelência?

Trata-se de refletir sobre as mudanças e permanências entre estruturalismo e pós-estruturalismo, assinalando a separação entre palavras e coisas como uma das permanências e a desconstrução como o grande elemento de ruptura (obs.: em relação a esta última, por exemplo, a tese da “morte do autor” costuma ser tomada como uma das chaves de explicação da problemática). Aqui, como veremos, já não há lugar para a estrutura e sua absoluta determinação sobre o sujeito (obs.: muitos dos críticos dessa corrente diriam que o reaparecimento do sujeito no pós-estruturalismo remete a um sujeito fragmentado, individualizado e/ou liberado de compromissos políticos de feição coletiva). E mais: como veremos aqui, toda noção de essência ou de objetivação se desfaz, haja vista seu destaque para a subjetivação e adoção de uma perspectiva eminentemente linguageira. E caso a problemática seja endereçada especificamente às contribuições de Foucault, creio que seria o caso de remeter às polêmicas envolvendo as noções de descontinuidade histórica, acontecimento discursivo e método genealógico.

Textos de alinhamento com o pós-estruturalismo:

BARTHES, Roland. “A morte do autor” (pp. 57-64). In *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira e revisão de Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004;

_____ “O discurso da história”. (pp. 163-180). In *O rumor da língua*. Idem.

DOSSE, François. “Foucault e a desconstrução da história: Surveiller et punir” (pp. 305-318). In *História do estruturalismo – Volume II*. Tradução de Álvaro Cabral. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

_____ “Derrida ou o ultra-estruturalismo” (pp. 33-50). In *História do estruturalismo – Volume II*. Tradução de Álvaro Cabral. Idem.

OKSALA, Johanna. “A morte do homem” (pp. 35-47), “A prisão” (pp. 71- 80), “Práticas de si” (pp. 114-124) e “Notas” (pp. 125-128). In *Como ler Foucault*. Tradução de Maria Luíza X de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2011;

FOUCAULT, Michel. “A poeira e a nuvem” (pp. 323-334). In *Michel Foucault: estratégia, poder-saber*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta; tradução de Veras Lúcia Avellar Ribeiro. 2 ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (Coleção Ditos e Escritos IV).

VEYNE, Paul. “Tudo é singular na história universal: o discurso” (pp. 11-39) e “O ceticismo de Foucault” (pp. 67-93). In *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2011.

Textos em possível desacordo ao estruturalismo e/ou ao pós-estruturalismo:

DOSSE, François. “A desforra de Jean-Paul Sartre” (147-158). In *História do estruturalismo – Volume II*. Op. Cit.

_____ “Paul Ricoeur revoluciona a história” (pp. 71-100). In *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Op. Cit..

CARR, David. “A narrativa e o mundo real: um argumento a favor da continuidade”. In MALERBA, Jurandir (org.). *História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SPÍNDOLA, Pablo. “Nem poeira nem nuvem: a reflexão no historiar de Vigiar e punir”: In Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal, RN – 22 a 26 de julho de 2013.

VIEIRA, Priscila Piazzentini. “Michel Foucault e Jacques Léonard sobre Vigiar e punir: os embates entre a história e a filosofia”. In Dois Pontos: Revista dos Departamentos de Filosofia da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Federal de São Carlos. Curitiba, São Carlos, volume 14, número 1, p. 37-49, abril de 2017.

Textos de apoio (um favorável e um contra)

CEZAR, Temístocles. “Estruturalismo e pós-estruturalismo na perspectiva do conhecimento histórico” (pp. 129-151). Anos 90: Revista do Curso de Pós-Graduação em História;

BUSTAMANTE, Aarón Grageda. “História, desconstrucionismo e relativismo: notas para uma reflexão contemporânea” (pp. 155-184). In SALOMON, Marlon (org.). História, verdade e tempo. Chapecó, SC: ARGOS – Editora da Unochapecó, 2011.

Textos em consonância com a “linguistic turn” ou viragem linguística

(Pretende-se demonstrar de que modo a narratologia francesa, em especial nas visões de Roland Barthes e Jacques Derrida, influenciou a criação, nos Estados Unidos, da “linguistic turn”, cuja preocupação para com a escrita da história é de que esta é pura figuração, nada ficando a dever a qualquer narrativa de cunho ficcional).

MARQUES, Ricardo. “Hayden White” (pp. 178-201). In PARADA, Maurício (org.). Os historiadores clássicos da história: de Ricoeur a Chartier. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Petrópolis, RJ: Vozes, 2014;

WHITE, Hayden. “Enredo e verdade na escrita da história (pp. 191-210). Tradução de Carlos Oiti. In MALERBA, Jurandir (org.). A história escrita: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

Textos em desacordo com a “linguistic turn” e/ou aos pós-estruturalistas

(Trata-se de fazer uma incursão pelas últimas reflexões do historiador Italiano Carlo Ginzburg no tocante à tese, contra os pós-estruturalistas, de que a retórica não é incompatível com a prova, da qual se vale para demonstrar que o discurso da história não é puro tropo. Também reações como a levada a efeito por Roger Chartier, que partindo da pronta resposta de Michel de Certeau a Hayden White e Paul Veyne quando do lançamento, no começo dos anos 1970, das impactantes teses desses dois autores perante a comunidade dos historiadores, tece toda uma argumentação contra o estatuto da retórica que, na ótica dos referidos autores, marcaria a escrita da história).

CHARTIER, Roger. “Figuras retóricas e representações históricas” (pp. 101-116). In À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universitária/UFRGS, 2002;

GINZBURG, Carlo. “Introdução” (pp. 13-45 e 137-150). In Relações de força: história, retórica, prova. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002;

HARTOG, François. “Uma inquietante estranheza” (pp. 85-117). In Crer em história. Tradução de Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

13º Encontro:

Tema - Perspectivas da história social: uma história vista de baixo?

Trata-se de explorar as idéias de Thompson e outros historiadores ingleses no tocante a uma escrita da história voltada para a experiência dos “de baixo”, em relação à qual são operados os conceitos de agência, luta de classes sem classes, economia moral, dentre outros. Também devem ser consideradas questões como as peculiaridades dos ingleses, o ineditismo das fontes, o estilo narrativo, o simbolismo de certas práticas culturais de resistência etc.

Textos básicos – sobre Thompson:

MATTOS, Marcelo Badaró. A formação da classe operária inglesa: história e intervenção. In Revista Trabalho Necessário – www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 12, Nº 18/2014;

MUNHOZ, Sidnei José. “O legado de E. P. Thompson ao estudo das multidões e dos protestos populares” (pp.215-249). In Müller, Ricardo Gaspar e Duarte, Adriano Luiz (orgs.). E. P. Thompson: política e paixão. Chapecó, SC: ARGOS, 2012.

Textos básicos – do próprio Thompson:

THOMPSON, Edward Palmer. “Prefácio” (pp. 9-14). In. A formação da classe operária inglesa I: A árvore da liberdade. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;

2) THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão” (pp. 150-202). In Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ “Comunidade” (pp. 291-347). In A formação da classe operária inglesa, Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

14º Encontro:

Tema - A micro-história italiana e a prática historiográfica: a questão da escala

Trata-se de explicitar o método que caracteriza a opção pela redução de escala, espécie de lugar-comum adotado pela maioria de seus praticantes. Entretanto, há que chamar a atenção, para além desse lugar-comum, para suas diferenças, a exemplo das que existiam entre o modo de conceber a história nas pessoas de Carlo Ginzburg, Geovanni Levi e Edoardo Grendi, três nomes consagrados desse paradigma historiográfico. Trata-se ainda de demonstrar que a micro-história em questão não se confunde com outras modalidades de micro-história mundo afora, a exemplo da micro-história da 3ª geração dos Annales, da micro-história mexicana etc.

Textos básicos:

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. “Convite a outra micro-história: a micro-história italiana” (pp. 97-120). In MALERBA, Jurandir e Rojas, Carlos Antonio Aguirre. Op. Cit.;

LIMA, Henrique Espada. “Micro-história” (pp. 207-223). In CARDOSO, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo (orgs.). Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012; VAINFAS, Ronaldo. “A micro-história em cena” (pp. 77-103). In Os protagonistas anônimos da história: micro-história. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002;

REVEL, Jacques. “Prefácio: a história ao rés-do-chão” (pp. 7-37). In LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista piemonte no século XVII. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Sugestão de leitura:

DAVIS, Natalie Zemon. O retorno de Martin Guerre. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Texto de recepção no Brasil:

VAINFAS, Ronaldo. Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

15º Encontro:

Tema - A nova história cultural francesa: do “quantitativo no terceiro nível” ao método etnográfico de apreensão das práticas simbólicas ao nível do cotidiano

Trata-se de focalizar, de um lado, a dívida para com certa antropologia histórica há muito praticada em França, e de outro, a guinada antropológica, levada a efeito pelos historiadores da 3ª geração dos Annales, em meados dos 70, como um passo decisivo na ruptura com o modo de conceber a história da geração anterior. Georges Duby e Emanuel Le Roy Ladurie, eis os praticantes por excelência do novo paradigma.

Textos básicos:

BURKE, Peter “A Terceira Geração” (pp. 79-107). In: A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia (1929-1989). Tradução de Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1991 (versão em PDF);

BARROS, José D’Assunção. “A Nouvelle Histoire e os Annales: entre continuidades e rupturas. Revista de História/UFBA, 5, 1-2 (2013), p. 308-340 (versão em PDF).

LADURIE, Emanuel Le Roy. “Introdução: da Inquisição à etnografia” (pp. 11-19); “O gesto e o sexo” (pp. 177-192) e “A morte nessa aldeia” (pp. 274-289). In Montaignou: povoado occitânico. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997;

DUBY, Georges. “Prefácio” (pp. 9-12) e “O 27 de julho de 1214” (pp. 13-25) e a “Encenação” (pp. 29-58). In O domingo de Bouvine: 27 de julho de 1214. Tradução de Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Sugestão de leitura: DUBY, Georges. Guilherme, o marechal. 2 ed. – Lisboa: Gradiva, 1994.